

A PRAXEOLOGIA E A ESCOLA AUSTRÍACA: Uma análise introdutória

Autor: Lucas Grassi Freire

Resumo: Pretende-se fazer uma análise introdutória acerca da metodologia defendida e usada pela vertente da praxeologia na Escola Austríaca de Economia. Em primeiro lugar, localiza-se essa vertente na história do pensamento econômico. Em seguida, a proposta metodológica da praxeologia é apresentada, tendo-se em vista alguns problemas abordados no campo mais amplo da filosofia da ciência. Depois, fazem-se esclarecimentos sobre implicações dessa visão metodológica, incluindo a questão do papel do tempo e da incerteza na economia e relevando-se a distinção entre teoria e história. As considerações finais versam brevemente a respeito da expansão atual no contexto da Escola Austríaca.

Palavras-chave:

Escola Austríaca de Economia.

1. INTRODUÇÃO

Em 1871, com o lançamento da obra *Princípios de Economia*, Carl Menger deu início à tradição que se tornou conhecida como escola austríaca de Economia. Embora esse autor já tivesse publicado outros trabalhos, essa obra é geralmente considerada o marco inicial da escola austríaca. Em uma fase inicial, essa escola de pensamento econômico, devido à ausência de traduções da produção acadêmica feita nessa tradição, se restringiu à Europa de fala alemã. Acontecimentos históricos levaram à dispersão dos economistas austríacos por todo o mundo, de modo que, atualmente, o termo “escola austríaca” se refere à supracitada tradição de pensamento econômico, não importando para essa nomenclatura a proveniência dos economistas que seguem essa tradição.

Menger, já em 1871, desenvolvera alguns estudos epistemológicos e iniciara um debate com os historicistas alemães. Eugen von Böhm-Bawerk, um de seus alunos, levou adiante a teoria desenvolvida por Menger, seguido por Friedrich von Wieser. Entretanto, foi um dos alunos de Böhm-Bawerk, Ludwig von Mises, quem edificou sobre o alicerce teórico de sua época uma base epistemológica e metodológica que fundamentou as propostas austríacas subsequentes.

Este trabalho surge a partir da convicção de que grande parte dos erros cometidos pela Ciência Econômica contemporânea provém de equívocos epistemológicos graves. Em relação a isso, uma afirmação comum é a de que essa situação se deve à recente consolidação do recorte da Ciência Econômica dos demais campos do conhecimento. Entretanto,

uma vez que já se identifica sério comprometimento da epistemologia atual utilizada na Economia, considerações sobre filosofia da ciência não podem ser deixadas de lado na tentativa de se compreender o atual estado acadêmico da Ciência Econômica. A respeito disso, são notáveis os esforços canalizados pela escola austríaca no intuito de se fornecer um método baseado em epistemologia sólida, o que justifica a escolha do objeto deste trabalho.

Pode-se afirmar que, antes de Mises, não havia uma epistemologia austríaca sistematizada, e que, depois dele, os estudos feitos por economistas que seguiram sua metodologia são, no contexto dos austríacos, marcados por uma coerência rara de se encontrar na Ciência Econômica. Acrescenta-se a isso o fato notável de que precursores da escola austríaca que utilizaram certas partes do método posteriormente sistematizado por Mises já haviam chegado a conclusões semelhantes às dos austríacos, mas estes últimos, por construírem suas teorias com base em um método sistematizado, apresentaram nelas mais coerência interna e conclusões ainda mais abrangentes. Rothbard afirma que, antes de Mises, “os economistas clássicos e os primeiros “austríacos”¹ tinham erguido a Ciência Econômica com base numa metodologia apropriada; mas suas descobertas específicas no plano metodológico tinham sido freqüentemente fortuitas e esporádicas” (ROTHBARD, 1988, p.34).

Nesse sentido, este trabalho trata da metodologia da escola austríaca desenvolvida, principalmente, por Ludwig von Mises, chamada de

¹ O termo foi elaborado primeiramente pelo historiador Alfred Espinas (PRYCHITKO, 1994, p.77).

praxeologia.² A sistematização dos métodos da escola austríaca surgiu primeiramente em alemão, em 1933. Essa obra³ foi traduzida em 1960 para o inglês e crítica as propostas metodológicas “institucionalistas” e as “positivistas”. Esse debate, bem como a definição que foi dada a esses termos, são considerados em uma seção posterior deste trabalho.

Mises dividiu o estudo das ciências sociais em, basicamente, duas categorias: história e teoria. Na próxima seção, explica-se brevemente a proposta da praxeologia. Em seguida, discorre-se sobre o papel da idéia de tempo e da incerteza na formulação teórica a partir da praxeologia. Depois, tecem-se considerações acerca da relação entre teoria e história no pensamento austríaco. Por último, considerações finais são apresentadas.

2. PRAXEOLOGIA: AÇÃO HUMANA

Mises definiu a praxeologia como uma ciência geral da ação humana, à qual a Ciência Econômica está subordinada. Para Mises, o fato de que indivíduos agem e utilizam meios escassos para atingirem objetivos é um fator significativo que caracteriza a essência humana. Essa espécie de ação coloca o homem em melhores condições de sobrevivência que, assim, preponderam sobre os animais. Daí pode-se

essa maneira de agir é de grande importância. Contrapondo-se à visão atomística dos neoclássicos, os austríacos defendem uma forma diferente de individualismo metodológico. Afirma-se que “há claramente uma filosofia de práxis sendo usada na Economia Austríaca que não tem correspondente na teoria *mainstream*”.⁴

Mises define que “a ação humana invariavelmente visa a alcançar fins escolhidos. O homem que atua está determinado a tirar, através de conduta propositada, os eventos do rumo que eles tomariam, se ele não interferisse. (...) Ele escolhe meios e fins e essas escolhas são influenciadas por idéias” (MISES, 1960, p.v). De forma mais clara, o que caracteriza a ação humana é que ela é “uma tentativa propositada de se substituir uma situação menos satisfatória por uma mais satisfatória” (MISES, citado por ZANOTTI, 1998, p.61).

Essa visão a respeito do ser humano é considerada uma verdade primordial. Mises defende que a ação humana é uma verdade *a priori*: uma pressuposição universalmente válida, que não é obtida por meio da experiência, mas está embutida na consciência humana. Rothbard discorda da

abordagem neokantiana de Mises a respeito da

esse axioma é radicalmente empírico, adotando uma postura tomista/aristotélica.⁵⁵ Entretanto, os austríacos concordam que o axioma da ação é universalmente verdadeiro e auto-evidente. Se alguém quiser argumentar que não existe esse tipo de ação (conforme definido acima), estará escolhendo meio (argumentação) para atingir um fim (tentar demonstrar a alegada falsidade do axioma) e, assim, estará tomando uma ação na tentativa de refutar a existência de ação.

Se temos um axioma universalmente verdadeiro, então todas as proposições que podem ser deduzidas a partir dele (respeitando-se as regras da lógica) também são verdadeiras. Praxeologia é a ciência que estuda a ação humana do ponto de vista das implicações formais do axioma central (Cf. ZANOTTI, 1998, p.63). “Em suma, economia praxeológica é a estrutura de implicações lógicas do fato de que indivíduos agem” (ROTHBARD, 1976, p.58-59).

3. TEMPO E INCERTEZA

Sendo a ação humana a busca de determinado objetivo através de meios escolhidos, esses meios são de alguma forma valiosos para o indivíduo que atua (já que ele quer atingir o objetivo). Assim, esses valores influenciam suas escolhas. Se o indivíduo escolhe meios, então, ele tem algum conhecimento “tecnológico”, qual seja, que certos meios talvez lhe tragam o fim desejado. Coloca-se, assim, que as pessoas agem sob condições de incerteza. Rothbard explica:

Notemos que a praxeologia não pressupõe que a escolha de valores ou fins de uma pessoa é sábia ou adequada, ou que essa pessoa escolheu o método tecnologicamente correto de alcançá-los. Tudo o que a praxeologia assegura é que o ator individual adota objetivos e acredita, errônea ou corretamente, que pode alcançá-los através do emprego de certos meios (...). Ação, portanto, implica que o homem não tem conhecimento onisciente do futuro; pois, se ele tivesse tal conhecimento, nenhuma

ação implica que vivemos em um mundo de um futuro incerto ou não completamente previsível” (ROTHBARD, 1976, p.59).

Na análise do fato de que indivíduos escolhem determinados meios visando a obter determinados fins, deve-se considerar que: (i) esses fins a serem buscados não podem ser determinados por algum teórico, (ii) as pessoas mudam de opinião ao

2 *Epistemological Problems of Economics*, (MISES, 1960).

3 *Epistemological Problems of Economics*, (MISES, 1960).

4 “there is clearly a praxis philosophy at work in Austrian economics that has no counterpart in mainstream theory” (PRYCHITKO, 1994, p.78).

5 Para um relato de uma abordagem tomista da origem do axioma da ação humana. Cf. Zanotti (1998).

longo do tempo, (iii) os meios escolhidos não são necessariamente os melhores possíveis, (iv) os resultados obtidos nem sempre são os esperados antes de a ação ter sido tomada, dentre outros fatores que se decide não abordar neste trabalho.

Com isso, afirma-se que, embora para a economia praxeológica os indivíduos sejam dotados de capacidade de raciocínio, isso não significa que eles sejam perfeitos ou que não possam mudar suas escolhas ao longo do tempo.

O ponto (i) indica que a racionalidade das pessoas não é estritamente econômica. Se, por exemplo, alguém deseja abrir mão de sua riqueza para ajudar pessoas necessitadas, escolherá algum meio (geralmente, a doação) para atingir esse objetivo. O desapego às coisas materiais não implica que a pessoa em questão seja irracional. Assim, posto que os objetivos que os atores escolhem nem sempre são econômicos, critica-se a noção *mainstream* de previsão das ações tomadas pressupondo que os indivíduos sempre visam a maximizar seu ganho econômico.⁶

O ponto (ii) está diretamente relacionado aos pontos (iii) e (iv). Uma ação tomada pode não trazer as conseqüências planejadas ou o ator pode perceber ao longo de sua vida que o meio escolhido não é o melhor para se obter o objetivo determinado. Baseadas nesses e em outros fatores, ao longo do tempo, as pessoas mudam de opinião. Por exemplo, se uma cesta de bens é preferível a alguma outra hoje, pode não ser amanhã, por uma série de motivos. De sorte que subjetivismo e uma idéia dinâmica da ação sob incerteza são idéias indispensáveis para a escola austríaca (SOUZA, 1997).⁷

Considerar que a ação humana ocorre ao longo do tempo e sob condições de incerteza implica entender o mercado como um processo dinâmico, e não estudar o seu equilíbrio. A abordagem austríaca do mercado rejeita, portanto, o método matemático de análise estática. O mercado em equilíbrio é entendido como uma construção abstrata e útil para a compreensão, mas não deve ser o principal foco de estudo da Ciência Econômica, uma vez que esse estado de equilíbrio jamais é atingido, porque a ação ocorre ao longo do tempo.⁸

6 Para mais detalhes, ver Callahan (2002).

7 Sobre as implicações da distinção entre tempo newtoniano e tempo subjetivo ou real, ver Souza (1997); O'Driscoll e Rizzo (1996).

8 A demonstração dessa argumentação e considerações mais completas sobre a rejeição da matemática do equilíbrio pelos austríacos pode ser encontrada em Souza (1997) e também diz respeito ao grande debate sobre a possibilidade do cálculo econômico em uma economia socialista. Dada a extensão desse assunto, afirma-se que não é da competência desse trabalho analisar de forma profunda esse fator, pois tal análise

sentido.

2. TEORIA E HISTÓRIA SEGUNDO O MÉTODO AUSTRÍACO

Se o axioma da ação humana é universalmente válido, e, se, no sistema praxeológico, o instrumental teórico é totalmente construído a partir de deduções lógicas desse axioma, então, a única possibilidade que resta para a rejeição de algum ponto da teoria austríaca é a descoberta de um erro de lógica. Isso quer dizer que as conclusões tiradas de um axioma universalmente válido, respeitando-se regras universais de lógica, também são universalmente válidas.⁹

Chega-se, com isso, a um dos pontos mais discutidos da epistemologia austríaca. Alguns de seus críticos defendem que uma teoria só pode ser verificada se for contrastada com dados. Outros indicam até mesmo que é possível a extração de leis gerais a partir da observação dos eventos (desde que algumas regras de "objetividade" sejam respeitadas). Obviamente, há réplicas dos austríacos a essas visões. Aparentemente, esses críticos chamam de teoria o que seria mais próprio chamar de história.¹⁰ Mises afirma:

Eventos históricos são sempre o efeito conjunto da cooperação de vários fatores e de correntes causais. Em termos de ação humana não se podem realizar experiências. A história deve ser interpretada através de uma visão teórica adquirida previamente de outras fontes. Isso também é válido para o campo da ação econômica. A experiência à qual a economia e as estatísticas econômicas dizem respeito sempre se refere ao passado. É história, e, como tal, não apresenta conhecimento sobre uma regularidade que se manifestará também no futuro (MISES, 1960, p.vi).

Pode-se afirmar que o contraste entre teoria e história não serve para verificação de teoria alguma, uma vez que os fatos não são auto-explicativos para que possam ser contrastados com a teoria. A mera observação dos eventos não é capaz de identificar relações de causa e efeito entre eles: isso é obtido através de uma teoria. Assim, o contraste entre teoria e realidade necessita sempre de uma teoria (outra ou a mesma) para interpretar a própria realidade.

Sobre as tentativas de se obter teoria a partir da observação dos fatos, desde que sejam observadas algumas regras (indutivismo), Hayek escreve:

É óbvio que existem, em relação ao mercado e a outras estruturas sociais similares, muitos

9 Essa é uma argumentação favorável à possibilidade de elaboração de teoria econômica, contrapondo-se às idéias de alguns historicistas que defendiam que a interpretação da economia só é possível através de avaliação histórica. O debate dos austríacos com os historicistas alemães ficou conhecido como a "batalha do método". Ver Feijó (2000).

10 Aqui o sentido de "teoria" e de "história" segue a definição de Mises (1960).

atos que não podemos medir e sobre os quais temos, na verdade, apenas algumas informações muito imprecisas e genéricas. Como os efeitos desses fatos não são passíveis de confirmação através de provas quantitativas em um momento específico qualquer, eles são simplesmente ignorados por aqueles que se comprometeram a aceitar apenas aquilo que lhes parecesse ser evidência científica. E, assim, eles vão em frente, na ilusão de que os fatos que podem ser medidos são os únicos que têm relevância (HAYEK, 1985, p.57).

Para Hayek, as tentativas de extração da teoria a partir dos fatos são um método utilizado com certo êxito nas ciências naturais, mas que não pode ser aplicado ao estudo da ação humana porque esta gera fenômenos que são essencialmente complexos, sendo impossível controlar as condições de experimento desses eventos. Os austríacos afirmam que a utilização de uma epistemologia indutivista¹¹ na economia pode levar a erros teóricos graves, porque uma teoria “obtida” a partir desse processo não poderia existir, pois, “por sua própria natureza, [não pode] ser avaliada estatisticamente” (HAYEK, 1985 p.31).

A escola austríaca defende, portanto, que “as leis econômicas obtidas do esquema de raciocínio *a priori* não podem ser refutadas pela história, permanecendo válidas sem exceção. A investigação histórica não poderia provar que a estrutura lógica da ação varia em função do contexto” (FEIJÓ, 2000, p.109). Dessa forma, não é necessário que a economia praxeológica seja testada por evidência empírica, mesmo porque, se a observação dos fatos afirmasse ou negasse algo, a posição indutivista seria aplicável.

Essa conclusão torna possível a teorização da economia e foi um argumento importante dos austríacos no debate com os historicistas alemães. Na década de 1930, Mises se dedicou, no campo epistemológico, a enriquecer esse debate e a iniciar suas críticas aos “positivistas”. Mas foi a partir da década de 1960, com a publicação de *Epistemological Problems of Economics*, que a discussão com o positivismo ganhou grande relevância.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto procurou levantar alguns temas importantes na formulação praxeológica da metodologia da Economia. Essa não é a única possível dentro da chamada escola austríaca. Os seguidores de Mises nos Estados Unidos se dedicaram ao desenvolvimento da economia praxeológica e,

hoje, a escola austríaca conta com uma divisão epistemológica menor: Rothbard, Hoppe, e outros continuaram na tradição misiana, porém, com uma visão tomista/aristotélica acerca da origem do axioma da ação humana. Lachmann e Morgenstern aceitaram alguns métodos quantitativos (este último foi pioneiro em teoria dos jogos) e não descartaram a possibilidade do equilíbrio de mercado, e Hayek e seus seguidores enfatizaram a complexidade dos fenômenos sociais e estudaram profundamente aquilo que caracterizaram como fenômenos de ordem espontânea (Cf. CALLAHAN, 2000). Atualmente, adeptos da escola austríaca em todo o mundo fazem questão de deixar claras suas diferenças com a economia *mainstream* (SOTO [s.d.]).

Isso aponta para, pelo menos, duas considerações que se podem fazer. Primeiro, em uma investigação que lide com o pensamento econômico, deve-se ter cuidado para o fato de que o rótulo “escola austríaca” se aplica a uma diversidade considerável de abordagens. Por isso mesmo que esta introdução à proposta metodológica austríaca, por exemplo, versou sobre a praxeologia de forma específica. Mas isso é uma consequência menor de algo mais

papel na Revolução Marginalista, os austríacos são tidos como neoclássicos em diversas análises mais superficiais. Esta introdução à proposta austríaca para a metodologia da Economia procurou deixar claro que há diferenças substanciais nos fundamentos epistemológicos e filosóficos da praxeologia em relação às diversas formas de empirismo adotadas pela economia *mainstream*. Tal consideração leva ao segundo ponto que convém ressaltar após esta

outras formas de empirismo na qual ele se manifesta é parte constitutiva da proposta praxeológica, pois ela surge e se desenvolve, em primeiro lugar, como uma crítica à base filosófica de validação do conhecimento científico. Para se contrapor, a praxeologia adotou uma forma de racionalismo que atribui um papel central à dedução, mas sem deixar de lado a necessidade de se buscar a verdade dos pressupostos, mais especificamente, do pressuposto da ação humana. É, então, por causa de seu relativo desconhecimento nos círculos acadêmicos e por causa de sua proposta que visa a responder a algumas questões de considerável relevo fundamentais para a Ciência Econômica que a praxeologia merece mais atenção dos economistas e de outros cientistas sociais do que aquela que tem sido dada. ■

¹¹ Nas ciências sociais, a posição indutivista é chamada de “positivista”. Mises também usa esse termo na sua crítica (MISES, 1960).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALLAHAN, Gene. **Economics for Real People**: an introduction to the Austrian school. 1.ed. Auburn (USA): The Ludwig von Mises Institute, 2002. 349 p.
- FEIJÓ, Ricardo. O racionalismo da praxeologia de Mises. In: _____. _____ Menger, Mises e Hayek. 1.ed. São Paulo: Nobel, 2000, p.92-122.
- MISES, Ludwig von. Part one: human action. In: _____. **Human Action**: a treatise on economics. 4.rev.ed. San Francisco (USA): Fox & Wilkes, 1996 [1966], até p.142.
- _____. **Epistemological Problems of Economics**. 1.ed. New York (USA): D. van Nostrand Company, Inc., 1960. 239 p.
- HAYEK, Friedrich August von. **Desemprego e Política Monetária**. 1.ed. Rio de Janeiro: José Olympio: Instituto Liberal, 1985. 80 p.
- O'DRISCOLL Jr., G. P.; RIZZO, M. J. An overview of subjectivist economics. In: _____. (ed.) **The Economics of Time and Ignorance**. 2.ed. New York (USA): Routledge, 1996. Cap.1, p.1-13.
- PRYCHITKO, David L. Praxeology. In: BOETTKE, Peter J. **The Elgar Companion to Austrian Economics**. 1.ed. Aldershot (UK): Edward Elgar Publishing Company, 1994. Cap. 11, p.77-83.
- ROTHBARD, Murray Newton. **O Essencial von Mises**. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio: Instituto Liberal, 1988. 54 p.
- _____. Praxeology: the methodology of Austrian economics. In: _____. **The Logic of Action One**: method, money, and the Austrian school. Cheltenham (UK): Edward Elgar Publishing Company, 1997, p.58-77.
- SOTO, Jesús Huerta de. La escuela austriaca frente a la neoclásica. **Revista de Economía Aplicada**, [s.l.], n.5, inverno 1997. Disponível em: (<http://www.jesushuertadesoto.com/madre2.htm>). Acesso em: 19 fev. 2006.
- SOUZA, Ubiratan Jorge Iorio de. **Economia e Liberdade**: a Escola Austríaca e a economia brasileira. 2.ed. Rio de Janeiro: Fomense Universitária, 1997. 240 p.
- ZANOTTI, Gabriel J. Misesian praxeology and Christian philosophy. **The Journal of Markets & Morality**, v.1, n.1. [s.l.]: Center for Economic Personalism, primavera de 1998, p.60-66.